

12/08/2008

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.131-6 RIO GRANDE DO SUL**

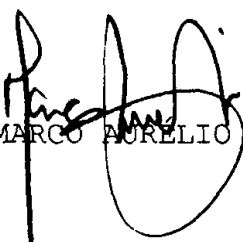
**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**RECORRENTE(S)** : VILMAR PEDRO DAMIÃO  
**ADVOGADO(A/S)** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**RECORRIDO(A/S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCESSO PENAL - INTERROGATÓRIO - ASSISTÊNCIA TÉCNICA.  
A exigência de defesa técnica para observância do devido processo legal impõe a presença do profissional da advocacia na audiência de interrogatório do acusado. Não bastasse o disposto no artigo 261 do Código de Processo Penal, a Lei nº 10.792/2003 explicitou a formalidade de cunho nitidamente constitucional - artigo 5º, inciso LV, da Carta Federal.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em conhecer do recurso extraordinário e lhe dar provimento, nos termos do voto do relator e por unanimidade, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 12 de agosto de 2008.

  
MARCO AURÉLIO

-

PRESIDENTE E RELATOR



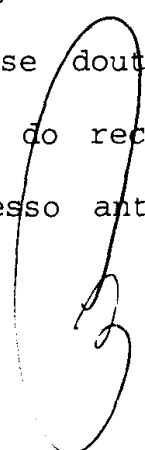
**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.131-6 RIO GRANDE DO SUL**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**RECORRENTE(S)** : VILMAR PEDRO DAMIÃO  
**ADVOGADO(A/S)** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**RECORRIDO(A/S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**R E L A T Ó R I O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul afastou a preliminar de nulidade, assentando que o interrogatório não está sujeito ao princípio do contraditório, porquanto é ato privativo do magistrado, sendo absolutamente dispensável a presença do defensor. Acrescentou não haver prejuízo para a defesa, pois o interrogatório não teve conteúdo confessional.

Nas razões do extraordinário de folha 24 a 30, interposto com alegada base na alínea "a" do permissivo constitucional, aponta-se a transgressão do inciso LV do artigo 5º da Carta da República. Alega-se que o interrogatório é meio de prova e de defesa, tornando obrigatória a presença do defensor, garantidor do respeito aos direitos constitucionalmente assegurados aos acusados. Para embasar a tese sustentada, colaciona-se doutrina relacionada ao tema. Por fim, requer-se o provimento do recurso para, reformando o acórdão recorrido, anular o processo ante a ausência do defensor no interrogatório.



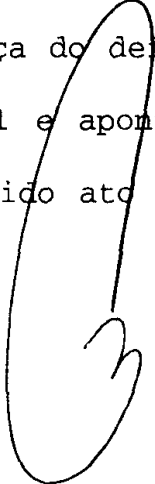
**RE 459.131 / RS**

O Ministério Público apresentou as contra-razões de folha 32 a 38, manifestando-se pelo não-seguimento do recurso, em virtude de estar a questão pacificada nesta Corte.

O Juízo primeiro de admissibilidade negou sequência ao extraordinário (folha 40), decorrendo o processamento do recurso da decisão de folhas 54 e 55, mediante a qual provi o agravo de instrumento.

O parecer da Procuradoria Geral da República, de folha 63, é pelo não-conhecimento do extraordinário. Argumenta o Ministério Público que o interrogatório realizado antes da vigência da Lei nº 10.792/2003 não exigia a presença do defensor, nos termos do artigo 185 do Código de Processo Penal e apontou a ausência de prejuízo para a defesa, porquanto o referido ato não teve conteúdo confessional.

É o relatório.



RE 459.131 / RS

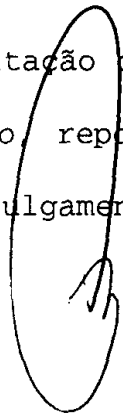
V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na interposição deste extraordinário, foram atendidos os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por defensora pública estadual, restou protocolada no prazo.

Ao prover o agravo, deixei consignado:

Cumpra observar a envergadura da defesa, considerado o processo penal. Assim, tudo recomenda que haja o crivo de Colegiado desta Corte, para dizer do respeito, ou não, ao devido processo legal. Vê-se a ênfase dada na Constituição de 1988 à assistência ao acusado não só por parte da família, como também pelo advogado. Se o preso, simplesmente preso, deve ser informado dos respectivos direitos, com assistência de advogado, o que se dirá quanto àquele que já tem contra si ação penal.

Princípio básico revela que ninguém pode ser processado sem a assistência técnica. Ora, o interrogatório é fase do próprio processo. Cumpra, então, ter presente a imposição constitucional - artigo 5º, inciso LV -, como também a legal - artigo 261 do Código de Processo Penal. Nem se diga que a exigência de estar presente o profissional da advocacia somente veio à balha com a edição da Lei nº 10.792/2003, que alterou a redação do artigo 185 do Código de Processo Penal. Houve a explicitação de algo que já decorria do próprio sistema legal. Nesse sentido, reporto-me ao que tive a oportunidade de expressar quando do julgamento do *Habeas*



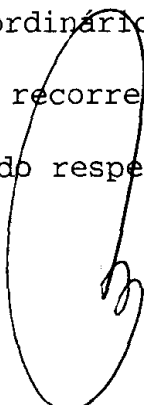
**RE 459.131 / RS**

Corpus nº 83.836-7/RS, relatado pelo ministro Cezar Peluso na Primeira Turma:

[...] Senhor Presidente, no mérito, peço vênica para reafirmar o que tenho sustentado a respeito do alcance, em si, do artigo 261 do Código de Processo Penal, segundo o qual nenhum acusado será processado sem defesa.

É certo que, na normatividade anterior, o advogado não podia interferir no interrogatório do réu, mas poderia, na forma pedagógica prevista na Lei nº 10.792/2003, aconselhá-lo e observar certas circunstâncias do processo. Ora, se o profissional da advocacia não esteve presente à audiência, tenho-a como viciada.

Conheço e provejo este extraordinário para declarar a nulidade do processo em que condenado o recorrente a partir da realização do interrogatório sem a presença do respectivo defensor.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.131-6**

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

RECTE.(S): VILMAR PEDRO DAMIÃO


ADV.(A/S): DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RECDO.(A/S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Decisão:** A Turma conheceu do recurso extraordinário e lhe deu provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Ministro Carlos Britto. 1ª Turma, 12.08.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão o Ministro Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito. Ausente, justificadamente, o Ministro Carlos Britto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

  
Ricardo Dias Duarte  
p/ Coordenador